

# A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros\*

Arlene Renk\*\*

## Introdução

Este texto trata dos efeitos da colonização no Oeste Catarinense, a partir da população atingida, os **brasileiros**, como se autodenominam, ou **caboclos**, como são estigmatizados pelos **colonos de origem**<sup>1</sup>.

A população brasileira encontrava-se localizada na área, no sistema de posse, a partir de meados do século passado, levando um modo de vida tradicional, com agricultura em pequena escala – nas **terras de plantar** – e criação de gado para o consumo – nas **terras de criar**. Voltava-se, também, ao extrativismo da erva-mate. Com o processo de colonização, principalmente a partir de 1930, será expropriada da terra, desestruturando o seu modo de vida peculiar.

O texto resultou de pesquisa documental e de campo, esta última realizada nos municípios de Ponte Serrada e Vargeão, em diferentes momentos, de 1987 a 1989, fazendo parte de um trabalho maior<sup>2</sup>.

A área em questão foi colonizada pela Cia. Colonizadora Angelo de Carli e Irmão, depois nominada Colonizadora Cruzeiro. Neste texto será tratada por Companhia, valendo-se da categoria nativa de nominação.

Esta **Companhia** arregimenta para o seu empreendimento **colonos italianos**<sup>3</sup> do Rio Grande do Sul, principalmente aqueles expulsos ou em vias de expulsão dos minifúndios daquele Estado.

O grupo pesquisado volta-se, atualmente, ao trabalho assalariado, extraindo erva-mate, por tarefa. Logo, são **ervateiros e tarefeiros**, o que corresponde a um ofício étnico, de exclusividade dos **brasileiros** que não encontravam colocação em outra atividade remunerada. O extrativismo é avaliado de fora como o mais baixo de uma hierarquia de ofícios. Por parte da população de **origem**, há uma tendência em naturalizar esse serviço como “coisa de caboclo”, que só faz isso, que só sabe fazer isso. Não bastasse essa naturalização atribuem-lhe o status de “estrangeiro”: “estes que não são daqui, que hoje estão aqui e amanhã ali” (em razão dos deslocamentos sazonais do ofício).

Neste sentido, o texto é uma tentativa de recuperar uma dimensão ignorada pela história utilitarista (isto é, aquela do vencedor e dos grandes feitos): resgatar a versão dos que foram espoliados, desses homens de carne e osso que sentiram e avaliam a colonização e foram diferente da história oficial e laudatória.

Para memorar os atos do colonizador, temos estátuas, praças, placas, nomes de ruas lembrando seus feitos. E dos **caboclos**, que são hoje literalmente transformados nos **outros**, pouco se tem dito.

Inicialmente será tratada da construção da identidade étnica **brasileira** na área em questão, uma vez que, sessenta anos após a ocupação, mantém-se nítidas e demarcadas socialmente as fronteiras entre os grupos **de origem** e os **brasileiros**.

## **A construção da identidade étnica brasileira**

A colonização, além do processo de expropriação, representou o momento da descoberta da diferença, da existência e da imposição de **outro sistema**, aquele do **italiano**, quando “tocou de fazer mais ou menos igual”.

Descobrir, reconhecer e assumir a diferença é um momento decisivo para a construção da identidade étnica, cuja emergência é sempre histórica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1983, p. 124). Essa emergência da identidade étnica marca um tempo anterior, quan-

do “era tudo brasileiro”, “só brasileiro” e um outro tempo, em que o mundo passou a dividir-se entre os **brasileiros** e os de **origem**. Neste caso, o étnico passa a ser um princípio de visão e divisão do mundo (BOURDIEU, 1984, p. 4). Os **ex-possesores** são reduzidos à condição de minoria (cf. BOTON, 1979), a partir da fronteira de exclusão. Esta fronteira é traçada pela maioria, no caso, a **italiana**, definindo a categoria social a ser excluída: os **caboclos**; um grupo com **habitus** diferente, e com menor poder de impor a sua visão e representação do mundo.

A situação de minoria traz similitude com a abordagem da identidade étnica de EPSTEIN (1978), por entendê-la como um contínuo, com pólos negativos e positivos nos extremos. O pólo negativo seria essencialmente aquele imposto de fora, carregado de atributos negativos, desqualificativos. Este tipo de identidade étnica estaria presente nas situações onde o grupo ocupa posição inferior ou marginal na hierarquia social, como na situação colonial (EPSTEIN, 1978, p. 102-103).

No caso em questão, a identidade de fora, ou seja, aquela que estaria no pólo negativo, é a **cabocla**. Uma forma extrema para a acusação ou estigmatização é a identificação de **negro**, independente de traços diacríticos. A expressão comum, entre os **de origem**, no caso os **italianos**, para a designação aos **sem origem** é a seguinte: “cani, negri e corvi, tutti compagni (cachorros, negros e corvos, todos iguais)”.

Esta identidade, imposta de fora, não coincide com aquela formulada a partir dos **brasileiros**, uma vez que é matéria de percepção, conforme EPSTEIN (1978, p. 27). A imposição da percepção é objeto de luta, para marcar o seu lugar e o do **outro**, implicando uma categorização. Esta categorização realiza-se, incessantemente, por ocasião das lutas que impõem os agentes sobre o sentido do mundo, de sua identidade social, através das formas de bendizer e maldizer. Ainda, segundo este autor, nas sociedades arcaicas, uma das formas elementares do poder político consiste no poder, “quase mágico”, de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação.

A atribuição de fora, isto é, a identidade no pólo negativo, segundo Epstein, corresponde ao que CARDOSO DE OLIVEIRA (1983, p. 129) denomina de identidade estigmatizada e, em nosso caso, **caboclo** ou **negro**.

De modo geral, **brasileiro** é a categoria de auto-atribuição e a equivalência no outro grupo seria **de origem**, quando for genético, ou **italiano**, no caso particular. A partir dos **brasileiros** a identidade estigmatizada do outro grupo será **gringo**. As equivalências podem ser encontradas nas díades:

AUTO- IDENTIFICAÇÃO	BRASILEIRO	DE ORIGEM ITALIANA
Identidade	Caboclo	Gringo
Estigmatizada	Negro	-

A última identidade, **negro**, não encontra equivalente na denominação atribuída ao grupo de **italianos**.

Apresentada a construção da identidade étnica, passa-se à colonização e às rupturas que esta representou.

## A colonização e as rupturas

A colonização na área pesquisada representou uma mudança relativamente acelerada. A introdução de valores externos deixou à população local as opções: adaptar-se ou ficar excluída, isto por duas razões. A primeira seria a desestruturação do modo de vida anterior à colonização; a segunda, pelo descompasso criado entre o **habitus** da população e as estruturas econômicas introduzidas com a colonização. O **habitus** não se transforma com a rapidez exigida pelas mudanças.

A desestruturação de um modo de vida anterior, com a desorganização da base morfológica do grupo de posseiros, alterou os diversos níveis de vida dessa população. A alteração da base morfológica já mereceu estudos de BOURDIEU E SAYAD (1964) que, naquele caso, resultou na "crise do desenraizamento"<sup>4</sup>. No caso em questão, o momento de ruptura é o da colonização, isto é, quan-

do a empresa colonizadora atinge as terras ocupadas pelos **posseiros**, afetando o seu modo de vida. A colonização, a **Companhia** é internamente apontada como um divisor de tempos e do mundo dos **ex-posseiros**: antes e depois da **Companhia**. O tempo anterior, chamado **tempo d'antes** ou **tempo antigo**, é apresentado como um “tempo que não volta mais”, por isso é idealizado e apresentado em oposição à situação presente de penúria, “estragada”. Este aspecto será retomado posteriormente. À **Companhia**, enquanto empreendimento particular (WAIBEL, 1979, p. 236), interessava a venda da terra “de boa qualidade” à “gente de boa qualidade”. Resumindo, vender a terra para obter lucros. Isto exigiu que selecionasse seus compradores. A eventual entrada de pessoas ou grupos considerados indesejáveis poderia comprometer o seu empreendimento. De outro lado, encontrar a terra ocupada, mercadoria a ser vendida, com moradores estabelecidos, no regime de posse, poderia também comprometer o empreendimento comercial. Para que isto não acontecesse, era procedida a “limpeza da área”. Neste caso, o direito de propriedade prevaleceu ao de ocupação. Esta, de modo geral, foi ignorada enquanto direito, vista unicamente infração: **Intrusamento**. Além disso, houve a preocupação com a infiltração em novas áreas, com a proibição (legal) em invadir as terras devolutas e/ou tituladas. Quanto às áreas tituladas<sup>5</sup>, em caso de haver ocupantes, os **posseiros** foram ignorados. Tomando especificamente o imóvel Fazenda Ressaca, objeto da colonização aqui abordada, uma parte deste imóvel foi legitimada, invocando a lei de terras, com ocupação anterior a 1850. A outra fração foi comprada, como excedente, que neste caso atingiu a área de 40.000 hectares<sup>6</sup>. Diante disso, pode-se levantar hipóteses: ou houve aquiescência do proprietário formal na ocupação da área ou o proprietário a desconhecia. Na segunda hipótese, o mínimo a se supor é a “ficção” da venda das terras exclusivamente para serem ocupadas, conforme dispunha a legislação. Para os ocupantes, como será visto adiante, a área sempre foi tida como “do Estado ou do Brasil”.

A ocupação das áreas, anterior à colonização, pelos **brasileiros**, no sistema de posse, do ponto de vista do Estado e dos colonizado-

res (aqui tomadas as **Companhias** territoriais e os compradores) passou a ser vista como um **intrusamento**, isto é, uma ocupação ilegítima, uma invasão à área devoluta ou titulada<sup>7</sup>. Quando os colonizadores entraram em Ponte Serrada e Vargeão, na década de 30, já encontraram os “negros brutos”, como se referem aos antigos ocupantes, que não contrapostos aos “caboclos civilizados” de hoje. O contrato entre os dois grupos, ocupantes e colonizadores, cujos mapas cognitivos não eram os mesmos referenciais, constituiu um caso típico de fricção interétnica, sentido empregado por CARDOSO DE OLIVEIRA (1976, p. 56-57), “para enfatizar o caráter conflituoso das relações interétnicas, moldadas por uma estrutura de sujeição e dominação”.

A **Companhia** encontrou os brasileiros estabelecidos, embora nesta área a população era rarefeita. Havia também indícios de “outros caboclos”, que já tinham passado pela área, ficando apenas as “taperas antigas”, cobertas de taquaras. Segundo um **colono pioneiro**, isto é, um dos primeiros a migrar à área, a **Companhia** tomava a seu encargo a retirada e dispersão dos estabelecidos, a fim de não comprometer o seu empreendimento comercial que “não prejudica a gente”, isto é, o comprador.

Um dos primeiros pontos de atrito da **Companhia** com os **intrusos**, além da ocupação da área, era a criação de animais soltos, sem o uso de cercas nas **terras de criar**. No período pré-colonização, com a abundância de terras, a lavoura ficava distante da casa e a criação de animais soltos não prejudicava a primeira área. Este tipo de atividade exige a amplitude de espaço físico, o que só era possível numa área sem concorrência.

Os conflitos com a **Companhia** originar-se-iam por duas razões. A primeira pela desvalorização, no mercado imobiliário, das áreas próximas as do **intruso**, com a criação de animais sem o uso de cerca (BREVES, 1985; CAMPOS, 1987). Interessava a **Companhia** o fim dessa prática para não comprometer o seu empreendimento comercial. A segunda razão, em nível de atitudes, seria a utilização da área de modo “racional”, evitando o abandono das

áreas plantadas e derrubadas para novas. Neste caso, contaria com o trabalho familiar, o que, do ponto de vista do colonizador, produziria melhores resultados. Além disso, o argumento étnico, **de origem**, embasou-se no desperdício da área e no não saber aproveitá-la corretamente. Este argumento foi recorrente no Oeste Catarinense, ou seja, quando as colonizadoras tentavam a expropriação de remanescentes da ex-colônia Militar (POLI, 1987) ou no Toldo Chimbangue (CIMI, 1984).

Quanto à criação de animais, é necessário esclarecer alguns pontos. Antes da colonização e no início desta, tratava-se de gado bovino e suíno, para o consumo familiar e eventual venda às tropas que passassem pela região. Com a colonização e em decorrência dela, houve a instalação de frigoríficos no Vale do Rio do Peixe, na década de 40. A presença de frigoríficos incrementou a **safra de porcos** (LOBATO, 1970, p. 87-92; WACHOWICZ, 1984; CAMPOS 1987, p. 135-156). A criação de animais, no **sistema de safra**, inicialmente, consistia numa atividade de entressafra da erva-mate. Com o declínio da economia ervateira, depois da queda de 1931, passou a ser a principal atividade. Havia um "sistema primitivo", segundo Lobato, que era o do **porco alçado**, criado exclusivamente com frutos, com a imbuía, pinhão e vegetais e o único cuidado dispensado era o sal. Este sistema exigia grandes áreas, em média de 5 hectares por cabeça (LOBATO, 1970, p. 92). A **safra** consistia na derrubada do mato, queima da área, plantio de milho e abóbora. Após o amadurecimento desse plantio, os animais eram soltos "e se criavam por si". Na **safra**, a área por um hectare possibilitava a engorda de quatro cabeças de suínos. Após a engorda, os animais eram "tropeados", conduzidos em tropa, para os mercados consumidores. Estas atividades só eram compatíveis em áreas de baixa densidade demográfica e de agricultura não intensiva (LOBATO, 1970).

Em princípio, a safra era uma atividade de **brasileiros**, mesmo havendo diferenciação econômica interna. É comum os **italianos** mencionarem os **brasileiros safristas**. Em Ponte Serrada e Vargeão são sempre lembrados os Guedes que "lutavam com safra". No entanto, à medida que constituiu numa atividade lucrativa, após

a industrialização do Vale do Rio do Peixe e em Chapecó, muitos foram os **italianos** que se “fizeram tocando porcos”, isto é, como safristas ou intermediários na transação. De qualquer forma, falando de fora, acerca dos **brasileiros**, a **safra** é apresentada como atividade típica, que ressalta a incompatibilidade entre a **colônia** e a **safra**.

Os **italianos** migrados à área entenderam como legítima a ação da **Companhia** na retirada dos **intrusos** estabelecidos. Havia uma cumplicidade com a colonizadora, alicerçada na incompatibilidade dos dois sistemas, o do **caboclo** e do **italiano**. Além disso, havia a estereotipia da população nativa ser perigosa. O perigo era sempre traduzido como uma população desconfiada, para a qual não adiantaria falar em prender os animais; ofendia-se facilmente e, além disso, era classificada de vingativa. Lógico, sempre há um espaço para as exceções e, esporadicamente, um nativo é lembrado “como negro que até parecia gente branca”.

Ao que consta, o uso da força policial para remover os **intrusos** não foi uma prática comum na primeira década da colonização, na área em estudo, embora possa ter sido utilizada em outras. A preferência pela utilização tática, como “ir nas boas”, “pra ir adiante”, até mesmo em áreas de outras **Companhias**, surtia mais efeitos. No caso em estudo, a fração **italiana** resolveu o enfrentamento pelo “lado fraco”, isto é, o da superstição do **Intruso**, com práticas de atemorização e intimidação. Uma recstituição mais completa ficou dificultada pelo fato do informante privilegiado, ator e mentor da ação, ter falecido durante o trabalho de campo e o silêncio dispensado pelos demais.

Uma dessas práticas utilizadas, pelos **colonos italianos** de Vargeão, consistia em atemorizar os **negros**, isto é, os **intrusos**, que se recusavam a sair da área. Passaram a assustá-los três sextas-feiras consecutivas. Para isso, tomavam um ou dois corvos, besuntando-os com óleo, amarrando um pano oleado e incendiado. Soltando a ave, em área próxima àquela ocupada pelos **intrusos**, os **colonos** sincronizavam os riscos de fogo no céu com urros em lona improvi-



sada em megafone, “pra dar a impressão de que era o diabo, anunciando o fim do mundo”. Na avaliação do ator, a prática foi eficaz, de modo que os renitentes fugiram assustados. Numa avaliação atual, à época do trabalho de campo, foi conhecida como **errada**, mas inevitável naquele momento, para não comprometer a **colônia nova**.

De certa forma, a “limpeza” das áreas é tratada como um tabu. Para alguns **colonos** “não haviam ninguém”, “era puro mato”, o que pode ter ocorrido em parte. Para outros, a **Companhia** já havia “limpado o terreno”. Este seria o caso de parte da comunidade da Linha Ressaca, em Ponte Serrada. Quando os primeiros moradores **Italianos** entraram, no final de década de 40, ela já estava “limpa”, “com mato derrubado”. Havia sido ocupada “pelos Guedes e alguns **Caboclos** inveterados”, que trabalhavam na **safrá**. Estes foram retirados, “por Fachinal (dos Guedes), prá Vargeão<sup>8</sup>. O informante e atual proprietário soube “pelo dito dos antigos”, isto é, de seus pais, que a área da Comunidade da Ressaquinha até o Irani e Sede Ribeiro (em Vargeão) “era tudo dos Guedes e tudo enrolado”. Explicou ainda que para sua família não houve problemas de legalização da terra pela **Companhia**, no entanto, em outros locais, como no **Fachinal**, já ocorreram problemas.

Basicamente, de fora, eram dois argumentos que respaldavam a “limpeza” das áreas: a ocupação indevida, sem a compra, e a criação de animais soltos. A limpeza, por sua vez, interditava a rotatividade na busca de novas terras e novos ervais, sob pena de estarem intrusando, invadindo a área. “Com a progressiva colonização da região os caboclos tornavam-se os primeiros deserdados da terra. A ocupação progressiva e o escasseamento das terras virgens, as cercas e o poder instituído, os caboclos viram a destruição de suas tradicionais condições de vida. Muitos migraram para o Paraná, mas logo seriam alcançados pelos colonos e suas cercas” (CAMPOS, 1987, p. 69).

Tratar internamente da expropriação requer a abordagem da concepção de terra, por parte dos **brasileiros** que a vivenciaram. Esta concepção não coincidirá com as representações externas, com aquelas formuladas pelo Estado, pelos **colonos** e pela **Companhia**.

Para a fração **brasileira**, a área, no período anterior à colonização, sempre foi apresentada como abundante e sem concorrência. Do mesmo modo, não era vista como mercadoria, nem como patrimônio moral análogo ao dos **colonos de origem**. A propriedade da terra foi remetida ao Estado, mas na seguinte lógica: se era do Estado era também do ocupante. “Era da gente”. “Cada um tirava um sitiozinho”. A forma costumeira de apropriação da terra era a posse. Esta inexistência de compra e de venda, anterior à colonização, por esta fração posseira, qualificada extremamente como pobre, pode ser apontada como um traço de diferenciação interna da população **brasileira**. Nas áreas de grande propriedade, tomando os registros paroquiais da década de 50 do século passado, em cumprimento à Lei 601/1850 e decreto 1318/1854, as terras eram legitimadas por posse, por compra e cultura. Bandeira (Apud MARTINS, 1902) afirma que nos Campos de Palmas estabeleceram-se trinta e sete fazendeiros, dos sessenta “conquistadores”. Os estabelecidos compraram as áreas dos demais sócios da conquista. No entanto, para os **brasileiros** que vivenciaram a expropriação, a terra não era comprada: “Naquele tempo diziam, prá comprar? É do Brasil. Ninguém comprava. Tinha fartura de terra. Enjoava aqui, ia prá lá. Depois foram entrando os **gringos**, com ganância de terra, a terra foi escassando” (A.S **ervateiro**).

Esta fala de um expropriado, cujo pai foi despejado, nada difere das demais. O “enjoar da terra” e a “busca de terras melhores” está sempre presente no discurso que trata do passado. “O tempo da posse” era o “tempo da folga”, da “largueza”, da “fartura”, como é expressa a abundância de solo e ausência de concorrência, que se opõe ao presente: o “tempo da pobreza”, o “tempo da careza”. A “folga” de então permitia os deslocamentos:

- ... Naquele tempo era tudo folgado. Terra tinha à vontade.
- De quem era [a terra]?
- Mas era do governo. Não precisa pedir pra fazer um ranquinho. Agora tá tudo mudado :
- E o preço da terra vendida pela Companhia ?

-Era baratinha (...) Aqui, como era baratinha encheu de gente e a caboclada se viram louco tiveram que ir embora. Agora, um pouco só brasileiros são culpados de ficar e sem nada. Eles não tinha experiência.  
-Por que eles não tinham experiência?  
-Tinha aquela ditado que dizia; "O Brasil é nosso, pra que comprar terra? A terra é do governo, do Estado". Depois ele [Estado] vendeu pra Companhia e ala vendeu tudo (A. G. **ervateiro**).

Se, de fora, havia a "falsa consciência da posse", que confundia com **Intrusamento** (BREVES, 1985), internamente havia equivalência da terra do Estado com "terra da gente". "Onde quer que chegasse era da gente". "Ficar morando era da gente".

A ruptura do tempo da "folga" no pólo do passado é ocasionada com a entrada da **Companhia**, que atua como divisor de tempos, instaurando o "tempo da careza" - o atual - com impossibilidade de retorno anterior, "um tempo que não volta mais".

A expropriação dos **brasileiros** não implica que, cronologicamente, esta tenha ocorrido no mesmo eixo temporal a todos os **ex-possesores**. A avaliação da chegada da **Companhia** pode variar de um informante a outro, uma vez que é levado em conta o momento em que o ator, o seu **tronco**<sup>9</sup> ou os **conhecidos** foram atingidos. Por esta razão, a avaliação será sempre um tempo interno, utilizando-se como referencial as etapas do ciclo de vida, externadas pelos expropriados, como "o pai era vivo", "eu era menino", "eu era recém-casado".

De outro lado, o fato da chegada da **Companhia** não ter ocorrido no mesmo momento para todos os atores obedece à lógica da venda. Em primeiro lugar, das melhores terras, isto é, daquelas mais acessíveis e melhor localizadas. Isto implica o deslocamento do ocupante - **brasileiro** - à outra área, até o momento em que esta também seria concorrida no mercado imobiliário.

Se o tempo de escala cronológica não foi o mesmo para todos os atores, a expropriação vivida encontra similitude, traduzida, basicamente, na passagem de "um paraíso perdido", como é idealiza-

do o passado, para uma situação “estragada”, como é qualificado o presente.

A entrada da **Companhia** é antropomorfizada: “entrou e atropelou tudo, estragou tudo”, como aponta a fala do ex-**posseiro**: “O que estragou esse povo foi quando começou a aparecer a Companhia vender as terras. Desde a Companhia mesmo era tudo gringo. A companhia entrou e tomou conta de tudo, invadindo tudo, de Ponte Serrada a Vargeão e Fachinal (dos Guedes), e tudo ...”

A partir daí só existe a ordem rompida, que ficou “tudo virado, estragado, diferenciado”. À medida que a situação presente é apresentada como “estragada”, “diferenciada”, “de pobreza”, adquire força a avaliação positiva do passo idealizado.

Com o objetivo de desocupar as terras **intrusas**, para vendê-las aos **colonos**, a tática da **Companhia** (que pode ser colocada no plural, pela similitude com as outras Companhias) consistiu em oferecer aos ocupantes a proposta para a compra da área ocupada ou a sua retirada: “ou compra ou sai”, eram as opções expostas<sup>10</sup>.

A impossibilidade de acumulação monetária fazia com que a opção fosse a segunda alternativa, na maior parte das vezes. A tática da **Companhia** em, inicialmente, tratar bem, “em ir nas boas”, é apontada como o medo de sofrer represálias, por parte dos vizinhos, parentes, enfim, do círculo de solidariedade dos **brasileiros**. A estereotipia dos **italianos** acerca daqueles apresentava-os como vingativos e como “negros brutos”. Esta representação pode ser contraposta a dos nativos, para os quais os “**gringos** vieram devagarzinho. “Não vieram de verdade, porque tinham medo, porque corria solta a notícia de que nos matos estava a negrada, os caboclos”. Mas, na auto-avaliação, dizem não ser verdade. “Era tudo de paz”. De qualquer forma, os primeiros **italianos** que entraram na área eram vistos como “os mais corajosos, os que vieram na frente”.

A “limpeza” das melhores terras, isto é, aquelas mais estratégicas para a venda, criou a escassez para a fração posseira. O afastamento das melhores áreas impeliu ao confinamento dessa população, quando passou a ocupar as terras não concorridas, no momento. Elas, de modo

geral, eram extremamente acidentadas, as “terras que a **Companhia** não ligava”, na avaliação dos **italianos**. Resumindo, a limpeza da área obedeceu a uma hierarquia de terras: primeiro as melhores áreas, localização e proximidade de recursos; em segundo, aquelas não muito acidentadas, e com madeiras; terceiro, as áreas mais acidentadas, isto é, aquelas que extremamente eram qualificadas como “terras enguiçadas”. O “enguiço”, neste caso, por estarem ocupadas com **intrusos**.

A “escassez” de áreas resultou no fim do binômio **terras de plantar** e **terras de criar**. Da anterior modalidade, na prática da rotação das roças das terras de plantar, foi imposta uma modalidade; da amplidão e espalhamento anterior resultou o confinamento e a concentração da população em áreas acidentadas. Este último aspecto é uma invariante no processo da expropriação da população brasileira, no Oeste Catarinense, onde as áreas acidentadas contribuíram para o isolamento espacial da população. Este processo de isolamento indica claramente que o espaço geográfico jamais é neutro (BOURDIEU, 1984).

Este afastamento trouxe como consequência a irreversibilidade da situação. A desestruturação impossibilitava o retorno ao modo de vida anterior. Àqueles que tentavam mantê-lo poderiam unicamente procurar áreas distantes, como no Paraná. No entanto, à medida em que a fronteira agrícola expandia-se seriam “perseguidos pelos colonos e suas cercas”, na expressão de CAMPOS (1987).

Este movimento de terras traz similitude com o caso analisado por BOURDIEU & SAYAD (1964), na Argélia, como o afastamento das áreas, o descompasso entre o **habitus** do colonizador e o do nativo e as ações arbitrárias, no decorrer do processo, desestruturando as bases morfológicas da população nativa. No entanto, há um ponto de afastamento quando observado o papel do Estado nesse processo. No caso argelino coube ao Estado a administração do destino da população retirada e novamente concentrada. No caso local, o Estado apresentou-se como “neutro”, pairando acima de todos. BREVES (1985:25/62) aponta que os caboclos esperavam o paternalismo do Estado. Este não podia praticá-

lo, sob pena de ser injusto para com os compradores das áreas. Para manter a postura de equidade, assegurava a “igualdade” de possibilidade de compra, pelo mesmo preço oferecido aos **colonos**. Assim, não se imiscuindo no destino da população posseira, este ficava a cargo de decisões pessoais, no estilo “cada um por si e Deus contra todos”.

Como já foi exposto, a primeira tática da **Companhia** consistiu em apresentar as opções de compra e retirada. Grande parte optou pela segunda alternativa. Em caso de desprezar as opções apresentadas, resistindo e permanecendo na área ocupada, houve a prática do despejo.

Os despejos começaram a ocorrer a partir da segunda década da colonização, na região estudada. Estes, quando narrados pelos **brasileiros**, são dramatizados com pausas, suspenses, numa verdadeira mimease do ocorrido. Dois entrevistados tiveram suas **famílias troncos** despejadas. Sempre há quem conte a história de despejo de algum parente, compadre ou conhecido.

A narrativa do despejo apresenta elementos estruturais. O primeiro elemento é a chegada do vilão, “um morto de fome” pela terra, que pode ser a **Companhia**, intermediário ou preposto desta. Alguns nomes são repetidos, em especial aqueles com vinculação às madeireiras da área. A hipótese a ser levantada consiste do seguinte: trata-se de testa de ferro da **Companhia** ou madeireira; ou ainda, seria o negócio rentável adquirir área ocupada, limpando-a para posterior revenda. Outra possibilidade era a venda da área **intrusada**, com preço inferior ao do mercado, ficando o comprador com o ônus da retirada da população. O segundo elemento da narrativa é a presença de força policial, para proceder o despejo. O terceiro é a ação arbitrária, com atos de “pinchar fora as tralhas”, isto é, jogar fora objetos, como móveis e utensílios. Pode ser acrescida da derrubada e queima dos ranchos. O elemento seguinte será a entrada do **gringo** na área limpa. E o último, presente na narrativa, é o “castigo divino” ao vilão. As traduções mais freqüentes desses castigos abrangem a morte acidental, como a queda de cavalo, atingido por um

raio, um tronco tombado sobre o autor do despejo ou a morte natural, um "ataque", onde foi "levado pelo diabo", pela "ruindade praticada".

O descompasso entre os mapas cognitivos dos grupos – o colonizador e o nativo -, as diferentes atitudes em relação ao tempo e às finalidades das atividades econômicas, ou na distribuição desigual do capital escolar, foram decisivas para a expropriação dos **brasileiros**. Internamente, por ocasião da colonização, a partir dos brasileiros, os dois grupos são assim apresentados; de uma lado, os **brasileiros**: "nós" "o povo", apresentado como "bobo". De outro lado, "eles", os "**gringos**", que chegam "espertos", "ativos" e "soltos".

- O povo era bobo e estava solto.

-Solto? Como?

-Eles chegavam e faziam o que queriam, o maior engolia o mais pequeno (D. S. esposa de despejado).

Neste caso, o "solto" é traduzido pela arbitrariedade, inerente aos "da esperteza", aos "ativos", que chegaram, isto é, os colonizadores. O "povo bobo" vendia terras, pinheiros, a "troco de nada", "por não saber o valor". Acabava entregando "pro maior", para os **gringos**, "com ganância de terra".

A ocupação de áreas que, teoricamente, poderiam ser legalizadas através da usucapião esbarrava em dificuldade. De um lado, grande parte da população não contava com existência civil, de modo que foram incorporados à sociedade nacional da década de setenta<sup>11</sup>. De outro lado, a dificuldade encontrada era a carência de recurso financeiro para o pagamento das custas de legalização da terra.

Outra forma de enganar "os bobos" foi a venda da terra sem a madeira. Esta, no momento da venda, estava sobre a terra, porém não constava no "do papel". Neste caso, os "bobos", mesmo avaliados internamente, eram também os **colonos**. No momento da retirada, o "material" (madeira) era embargado e "os espertos acabaram logrando parêlho" **colonos** e **brasileiros**.

A “tentação pelo dinheiro”, por parte dos **brasileiros**, como o desconhecimento do valor do mesmo, também contribui para a expropriação. A venda da terra ou dos “direitos”, quando não “tituladas”, é vista como um “botar fora”. Esta seria atitude inerente às áreas tituladas, provisoriamente, como aquelas da ex-Colônia Militar do Chapecó (POLI, 1987) e de extensões de terras, como aquelas tituladas. A fragmentação dessas últimas áreas, que os herdeiros venderam, está nas mãos de “gente de fora”.

Quanto ao destino dos expropriados, uma parte “foi adiante”, seja em áreas acidentadas não concorridas<sup>12</sup>, seja no Paraná, ao Pato Branco<sup>13</sup>, ou se extraviando<sup>14</sup>. Outra fração voltou-se ao trabalho assalariado, como peão, na indústria madeireira ou na **colônia**, “trabalhando por dia”, ou “empreitada”. Para peões da lavoura era aberta a possibilidade de cortar erva-mate no período da safra, engajando-se numa “comitiva”<sup>15</sup>.

Com a industrialização da erva-mate na região, ocorreu o reagrupamento dos ex-posseiros como **tarefeiros**, na atividade extrativa.

A ação da colonizadora sobre o grupo de **brasileiros** pode ser entendida de dois modos. Uma modalidade de constatá-la é a expropriação apresentada. Outra maneira é a ação indireta. Os **italianos**, ocupando atualmente as posições dominantes no espaço social, tentam o enquadramento dessa população “diferente” nos campos religioso, sanitário e escolar.

Enfim, a evidência mais clara da ação da colonização está na divisão interna dos tempos para a população expropriada. O período anterior à colonização, o **tempo d’antes**, **antigamente**, ou **naquele tempo**, opõem-se ao atual. O discurso nativo polariza-se entre o passado e o presente, de modo que aquele passa a ser simetricamente o oposto do tempo atual. Este, o **tempo da pobreza**, da **penúria**, sem alegria, tudo diferenciado. Neste sentido, trata-se da idealização desse **tempo d’antes**, entrecruzando-o com a situação atual, que apontará a distância.



## O tempo d´antes

Dado a diferenciação econômica atual entre os grupos – **italianos** e **brasileiros** – o passado é apresentado como diferente, com escassas ralações de mercado e com uma certa indiferenciação interna. “Era tudo pobre, era modo de dizer, porque tinha fartura de comida, de terra e de saúde”.

A pobreza atual, com o mundo dividido entre os **grandes** e os **pequenos** (os **brasileiros**), acaba diferenciada, perceptível sob a acumulação de alguns e o despojamento de outros, principalmente dos “**brasileiros**” que ficavam “pequenos”. Esta diferenciação é traduzida em termos de carência de recursos pecuniários que impede o acesso aos bens de consumo. De modo similar, a riqueza, o “estouro dos **grandes**” (aqui em especial os donos de firmas)<sup>16</sup> implica a pobreza dos pequenos. Esta riqueza nada mais é do que subversão, à medida que para permitir a acumulação daqueles, os grandes, expropriaram os **pequenos**.

Assim, **tempo d´antes**, “da largueza”, com a terra à vontade e o “plantar para o gasto”, onde “tudo era produzido e tudo era crioulo: o milho, o feijão, a abóbora e os animais”. Naquele tempo “também não existia isso de comer pão”<sup>17</sup>. Hoje “se não tiver pão, morre de fome”.

Naquele tempo, além de tudo ser produzido, a qualidade era melhor, superando a de hoje. O paladar era diferente e não “estragado” como é agora. Nos **tempos d´antes** os produtos comprados com maior frequência eram a querosene, o sal e o vestuário. Este último item é hoje facilitado pelas lojas que oferecem o produto. No entanto, no passado a escassez de roupa<sup>18</sup> era compensada pela não exigência dos padrões atuais. A necessidade criada e a oferta do mercado esbarra-se na exigüidade de recursos de compra. A população que **luta** unicamente com erva apresenta maior “saude” daquele tempo, uma vez que hoje é “tudo comprado”, “só não se compra o ar porque Deus dá”.

A seguinte fala de morador do Liberato lembra o tempo de criança, no **tempo d´antes**:

- Como era naquele tempo ?
- Naquele tempo tinha folga. Você podia fazer a casa onde quisesse, podia derrubar o pinheiro que quisesse. O pessoal se enjoava do lugar e ia pro outro. Era tudo assim. A terra era do governo, ninguém implicava e o pessoal só plantava pro gasto e vivia bem (L. O.).

A trajetória espacial do **tronco** desse informante foi a seguinte : de Nonoai – RS á Bom Jesus (Chapecó) ao Liberato (Ponte Serrada e à Pertencente a Joaçaba), quando “nem estrada tinha, só carreiro”.

As mudanças freqüentes, indicadores de vida itinerantes são comuns no pólo do passado:

- Por que mudavam ?
- Depois que acostuma é bom. O meu pai, quando eu era pequeno, mudava cada quinze dias. Não tinha parada. Só mudava. Eu depois que casei não tinha filhos, botava as coisinhas no cargueiro e ia embora, ia pro serviço, pro outro lugar, quando não tinha acampamento eu fazia ranchinho de taquara ou de pinho lascado. Ficava (...) Era vida boa, tudo alegre, tudo bem, não tinha problemas, não tinha careza.
- Tinha muita gente que fazia isso ?
- Ih, se tinha. Tinha, muita gente. Naquele tempo era tudo folgado. Terra tinha à vontade.
- De quem era ?
- Mas era do governo. Não precisava pedir para fazer um ranchinho ... (A. G.).

A trajetória espacial desse **tronco**: Lagoa Vermelha – RS á Lages – SC; Palmas – PR á Cruzeiro – SC, fixando-s,e em 1965, em Vargeão, para trabalhar na **firma**, onde se aposentou.

A modalidade anterior, embora nem todos tivessem uma vida tão itinerante, opõe-se ao movimento atual do **peão**, na **firma** que “vai ao mando do patrão”. Enquanto **posseiro** havia a autonomia do movimento, enquanto **peão** encontra-se obrigado ao movimento com heteronímia.

Mesmo aqueles que ainda **lutam na roça** hoje, no Liberato, nas áreas reduzidas à “terra fraca, magra e cheia de inço” do pre-

sente opõe-se à fertilidade anterior, sem necessidade de adubos. Colada a esta imagem está a abundância de comida, a fartura e o bom paladar de então.

- Como era os tempos d'antes ?
- Melhor, toda a vida.
- Por quê ?
- Melhor porque, a senhora vê, a gente vivia, a gente fazia lá uma quarta de roça e vivia, dava mantimento. Agora agente faz um alqueire<sup>19</sup> e não dá. Ainda tem que tá comprando. Criava porco aí, engordava eles, dava prá comer banha um ano. Agora, engorda um porco e a banha não agüenta seis mês. Naquele tempo. Depois vê, tinha franqueza, criava solto, chegava e chamava o bichinho. Tinha pinhão, tinha pinhal. O porco não carecia de milho. A senhora vê, chamava a mãe lá do mato, escolhia que leitão ia matar. Aquela ! pegava, matava, nós já tava comendo carne e tinha banha. Agora, a senhora vê, precisa trabalhar uma semana pra comprar uns dois quilos de banha (P. B.).

Na fartura da comida do passado está sempre ressaltada a presença da carne, exatamente na medida em que está ausente à mesa hoje. Esta fartura do passado é negada no texto de BREVES (1985). Este aspecto, no entanto, foi contestado por POLI (1987), no que diz respeito à abundância de alimentação de então. Ainda, na comida, no eixo passado, há a presença do molho quebrado ou batido no pilão, a chamada **quirera** ou **canjica**, comida com carne, principalmente de porco. Hoje é um hábito abolido e com queixas generalizadas de que os **novos**, referindo-se às crianças, não conhecem e “são capaz de pensar que é comida de porco”. A emissão desse juízo, possivelmente, estaria relacionada a freqüência à escola, onde consomem os alimentos da merenda escolar e “acabam criando outro gosto”. Outra razão seria a ausência da carne e o fato do milho ser moído, em forma de farinha, o integrante da polenta. Esta começou a ser utilizada na região, como um hábito alimentar, após a introdução dos moinhos de moagem e é um prato típico da

cozinha **italiana**. Nas agressões verbais, para desqualificação destes, é comum o emprego do qualificativo polenteiro: “gringo polenteiro”. À medida que a farinha de milho é um dos elementos acessíveis para a compra, a polenta e o feijão passam a ser os pratos básicos dos **brasileiros**.

A terra abundante e a pouca gente de então são contraposta a muita gente e pouca terra de hoje. E aquela que há de “varde”, não ocupada e não deixada ocupar, está sendo transformada em capoeira. Por parte dos ervateiros, neste caso, o ressentimento ocorre principalmente pelo fato das **firmas** aumentarem suas áreas para exploração agrícola e/ou reflorestamento de erva-mate e ao **ex-posselro** ser vedada a possibilidade de trabalhar na terra, exceto como **peão**. A cedência anterior da terra é contraposta à negativa atual “ninguém mais cede”. “Ninguém mais quer o trabalho de agregado”, com medo dos “diretos” ou “medo da reforma agrária”. De outro lado, os **colonos** têm sempre um exemplo para justificar a negativa, através de uma cedência e o “incômodo” posterior. Impossibilitado de acessar à terra, como **agregado, posselro** ou proprietário, remete-se à utopia de ter um sítio, um “pedacinho de terra”. A responsabilidade em cozinhar, em administrar o quê e quanto cozinhará, faz com que no discurso feminino esteja presente a aspiração. “Se tivesse um pedacinho de terra não precisava tá essa careza, essa miséria”. Igualmente, caberia aos governos, já que deve olhar por pobres, dar terra e trabalhar na entressafra”.

O passado era pleno de alegria, fraternidade, união, respeito, “educação” e autoridade dos velhos, sem espaço para intriga e a competição. Na ordem rompida, insere-se a tristeza, o “rolar mundo” e a “doença dos nervos”. Esta é sempre explicitada como decorrente da “crise”, da “situação estragada” e da “ganância do pessoal”, aqui tomado genericamente: **brasileiros** e **italianos**.

A criação de necessidade e de não poder supri-las deixa o “povo louco”. “Quer ter que nem os outros e, às vezes, não pode ter, trabalha demais, sofre e acaba morrendo dos nervos, às vez fica muito nervoso”(C. D., moradora do Liberato). A “doença dos nervos”

é apresentada como “doença moderna”, que não existia antes, quando a “natureza era forte”. Hoje, a “natureza humana” já nasce “fraca”. Os indicadores de uma “doença forte” podem ser longa vida, uma vez que “antigos morriam de idade e não de doença”. À medida em que são apontados estes traços, são ignorados outros, como silêncio acerca dos natimortos ou a mortalidade infantil, excluídos do cômputo. Na construção do discurso são apenas selecionados os indicadores de “natureza forte”, de então, para apontar a superioridade dos **tempos d’antes**. Naquela “natureza”, além dos produtos consumidos serem crioulos, plantados e colhidos sem a utilização de adubos e herbicidas, não existia “muito banho e muita limpeza”. A “tal higiene”, produto dos **modernos**, não existia. “Os cachorros e os gatos dormiam com pessoas, que duravam cem anos. Agora nada disso”.

Hoje, além da “natureza fraca” ainda há a “tal da higiene” imposta de fora pela escola e pela saúde pública, reforçada pelas agências sociais de que são clientes. Um dos objetivos da política pública social consiste em oferecer alimentos e assistência médica, exigindo a vacinação e a higiene da população – alvo<sup>20</sup>.

A imposição de padrões de higiene gera tensão. Avaliada extremamente como resistência a padrões mínimos de higiene e como uma população com maior carência, internamente, como uma resistência à “modernidade”, que não vem dando resultados, porque “não adianta insistir”, a “natureza já é fraca e perdeu o viço”.

As **festas d’antes** não têm comparação com as atuais. As festas mais lembradas são as religiosas, como a de São Sebastião e a da Bandeira do Divino Espírito Santo. Além de não mais existirem estas festas, não há o “clima” para tal. Falando sobre “o clima” da festa, na “Bandeira do Divino”, nos **tempos d’antes**:

- A senhora chegou a acompanhar a bandeira ?
- Ih, cansei de acompanhar.
- Aqui na Ponte ?
- Não, era em Chapecó, no Passo Bormann. (...)
- E a festa, como era ?
- A festa, depois eu nunca fui. A gente dava esmolas, mas

olha... que era lindo, que ia bastante gente. Mas com muito respeito e alegria. Nos tempo antigos era assim. E tudo se dava, tudo se dava, não havia intriga e também, sabe, se tinha alguém que tava arrumado, de roupa de festa, era igual. Não tinha diferença. Mas era uma união. Aquele tempo... mas era uma beleza (A. A. moradora de Ponte Serrada).

Outro acompanhante da Bandeira, falando da mesma:

- Onde ?  
- Saia longe, dez, quinze, vinte dias, um mês. Eram crentes da Seita. Pousavam e saíam a cavalo. Era tudo a cavalo. E o tambor junto, batendo, era bonito de ver. Pedia oferta pro dono da casa. Naquele tempo qualquer coisa chegava. Depois marcava o dia da festa pro pessoal ir. Era bonito. Não dava brigas, nada, não dava. Hoje em dia não dá!  
- Onde era isso ?  
- De Palmas vinha pra Água Doce, tudo dava.  
- E os gringos ?  
- Não, era só brasileiro. Depois que começou a entrar gringo foi tudo terminado. Já começaram a formar essa Igreja aí. Pra nós pouco serviu. Serve pra enfeitar a cidade. O pobre não pode ir. Se vai mal arrumado, olham arreparam. Começa o olhar dos pés a cabeça. Meio riem. Se vai bem arrumado, pergunta "onde foi que esse roubou ?" Então vai nos crentes, onde se sente bem (A. C. morador de Vargeão).

A finalidade lucrativa das festas atuais contribuiu para a ausência do "clima" de então. As festas **de antigamente**, principalmente aquelas com finalidade de "pagamento de promessas", estariam próximas à função redistributiva da sociedade arcaica, na acepção de POLANYI (1980). Os exemplos podem ser buscados nas contribuições às "Bandeiras", acumulando as esmolas para depois redistribuí-las na festa final; ou ainda, na Mesada dos Inocentes. Esta era sempre realizada no dia do padroeiro protetor, como pagamento pela graça alcançada.

As festas atuais visam estritamente arrecadar fundos para Escola ou para a Igreja, com uma centralização dos recursos, sem nenhuma

redistribuição. “Agora é só do vendido”, que se opõe à ausência do pagamento de então. Em consequência, isto restringe sua participação nas festas. Não obstante, os **brasileiros** são vistos pelos **italianos** como “uma nação que gosta de festas”. De qualquer forma, para os **brasileiros** elas já não são mais as mesmas”, mas ainda assim é a oportunidade de “comer carne”, sempre rara no cardápio do dia-a-dia.

No **tempo antigo**, além da fartura, da alegria, havia a solidariedade, “o pessoal se ajudava mais”, “ninguém cobrava pros parentes, pros amigos”, “quem tinha terra cedia”. Estes aspectos opõem-se ao presente, que “é cada um por si”; “os serviços só cobrados” e “a terra ninguém mais cede”. Hoje presta-se serviços, obtendo remuneração; o que era subversão no passado é prática rotineira atual. Neste caso, devem ser consideradas as relações entre **ervateiros** e seus **patrões** (isto é capatazes), que, muitas vezes, fazem parte do círculo de parentesco e compadrio. Esta situação atual estaria próxima àquela que BOURDIEU (1963) denominou “o fim das relações encantadas”, com a universalização das relações mercantis.

Também a “falta de respeito” de hoje contrasta com a presença de ontem. À medida que a autoridade paterna perde a sua força, é idealizada a ascendência e autoridade paterna perde a sua força é idealizada a ascendência e autoridade dos “velhos” nos **tempos d’antes**, em que a “palavra de pai e mãe eram sagradas”. Uma das formas de simbolizar a ruptura está no cumprimento, então costumeiro, no “pedir a bênção”. Antes, mesmo os adultos, depois de casados pediam-na. Hoje, “parecem ter vergonha. Acham feio”. Além disso, a severidade **dos antigos** “era outro sistema, um sistema bom”. De modo geral, os **de hoje** (referindo-se às novas gerações) são apresentadas como pessoas “sem educação”, e estaria na contestação e descaso à autoridade dos **velhos**. Contribuiria para isto um sistema de educação mais ameno, em que os pais não podem “executar os filhos”, aplicando-lhes castigos físicos. Há um consenso de “que a natureza dos meninos exige a execução”. No entanto, “se bater” denunciam a gente. O “denunciador”, aqui, fica por conta das agências sociais como a Escola.

Embora haja um consenso de que antes só havia católicos, internamente há uma cisão na percepção dos tempos à religião. Para o grupo de **crentes** os **tempos de católicos** eram tempos de ansiedade, de perda, de bebedeira. O tempo de **crente** passou a ser o tempo da paz, da saúde e da tranquilidade. Embora se apresentem como pobres, reconhecem que houve melhoria no nível de vida, após a conversão aos **crentes**. O dinheiro, antes gasto em bebedeiras e fumo, passou a ser empregado em casa. No entanto, o grupo de católicos, em tensão com as práticas do catolicismo oficial, encontra no pólo do passado a verdadeira fé, “a fé da vida”.

A razão de freqüentar a Igreja Crente é sempre apresentada por “se sentir bem”, o que não estaria acontecendo na Igreja Católica, associada aos **italianos**. Os **ervateiros**, parte deles, “são batizados na católica”, mas nem todos a freqüentam, uma vez que “na católica” os “tubarões ou grandões só arreparam”. Logo, “pobre tem que ir onde dá”. Aqui, do ponto de vista do **crente** não há escolha, mas escolhido pela agência religiosa.

Uma das razões, ainda, para a alegada perda da “autoridade familiar”, como foi exposto anteriormente, estaria ao aspecto religioso, em que alguns filhos convertem-se e freqüentam outras agências que a dos pais.

## **Representações escatológicas**

Esta situação peculiar em que se encontram os **brasileiros**, como estrangeiros na sua própria terra, contribuiu para a construção das representações escatológicas.

Uma fração **brasileira** é católica, mas diferente. O catolicismo poderia ser tomado como um campo de lutas (na acepção de BOURDIE): o catolicismo oficial e aquele popular, traduzido pelas expressões como: **devoção antiga**, **católico forte**, os **crentes da religião**, **os crentes da seita**. As relações com o clero, principalmente após a colonização, em certa medida, foram tensas: “Meu avô sempre dizia: eu não acredito em padre. O padre só quer que faça o que



ele manda. Eu sei as minhas orações antigas: oração boa, falam de Jesus e Nossa Senhora” (C. D. moradora de Liberato).

Fração dessa população segue o rito católico, mas com alguns pontos de tensão. Outros foram batizados **na Católica**, freqüentando outras **Igrejas**. Outros “não se afetam”, já que as orações são diferentes.

Exceto os **crentes**, os demais cultivam a fé em João Maria (ou São João Maria), Monge João Maria Agostini, “um profeta que caminhava pelo mundo”, “um apóstolo de Deus e que agora se recolheu”. Para os **crentes**, no entanto, João Maria não era um “verdadeiro profeta”<sup>21</sup>.

A fração católica atualiza constantemente as “profecias de São João Maria”. As mais freqüentes são aquelas dos “castigos que estariam por vir”, como a “guerra civil que não veio” é daí “que os castigos estão no mundo”:

São João Maria falou que ia chegar o tempo de muita fome, bagunça, não iriam se entender nem pai, nem mãe, só se falava em guerra. Piolho e pernilongo e enxame. Plantar bastante, o que dá a terra, como a grama, a batata, o alho. Não está agora? O que se planta na terra sempre dá. O resto pode plantar, não se sabe se vai dar, se vai colher. Muito castigo. Um pessoal revoltoso, se abrigando. Tá tendo agora, essa época. São João Maria era homem que eu acho que era santo mesmo. Tudo o que ele falou tá dando certo. Disse que era pro pessoal escutar e plantar o que dá na terra, a guerra era isso: fome e bagunça. Agora não tá sendo assim? Tá tudo difícil de colher. O que tá na terra, não. A terra sempre fica úmida (C. D. moradora de Liberato).

Outras: “profecias” são “confirmadas” com atual “situação de careza”. “Ia haver um tempo em que o sal ia escassar. Agora tá levantando o preço e não dá nem pra salgar na panela, quase” (J. L. morador do Liberato).

A figura de João Maria é revestida de brumas e o discurso, nem sempre coerente, não encaixa todas as peças de um quebra-cabeça. Apesar de “recolhido”, ainda teria aparecido a alguns devotos.

Como o caso abaixo, em Passo Fundo – RS:

Tinha a velha de Nonoai – RS. Ela é mulher de João Lopes. Ela morreu. São João Maria aparecia pra ela. Ele sempre aparecia pra ela e disse: agora eu vou me ausentar do mundo, não vou aparecer mais, porque o mundo tá muito diferente, tá se enxergando gente pelada e muita ruindade. Vai ver, vai ficar muito ruim. Vai ficar escasso, escasso que só. Faz muito tempo isso. Ih, faz anos. Faz mais de vinte anos. Ele falou pra ela e ela contava pra gente. Diz: vai ficar muito ruim, não vai ter tipo pai, nem pai por filho, todo contra. Tu vê, do jeito que tá, os parentes já nem ligam mais pra gente. A gente liga mais prum estranho que prum parente. E o nosso povo se extraviando tudo (A. L. moradora de Liberato).

É comum encontrar informante que afirma ter conhecido João Maria. Trata-se de uma recriação da ordem passada, entrecruzamento passado e presente. Em alguns casos, o conhecer fisicamente seria impossível pela idade dos informantes confrontada com as andanças do Monge pelo interior, no final do século passado.

Um informante, além de “ter conhecido” João Maria, encontrou também São Sebastião, que pousou em sua casa, na Baía, Ponte Serrada. O São Sebastião descrito coincide com a figura de São João Batista (cf. CABRAL, 1979:98): com o carneirinho no colo. Esse São Sebastião, que passou pela Baía <sup>22</sup>, prometeu voltar trazendo o carneirinho ao informante, o que não aconteceu. Este mesmo autor “conheceu” São João Maria, que também pousou em sua casa, na Baía, deixando um litro branco com uma “cinzinha branca”, usada para fins terapêuticos. A prova de santidade da água e da cinza estava em nunca acabar. À medida que eram consumidas, recompunham-se. Com a morte da mãe, donatária do litro, a água e cinza secaram, não saindo do recipiente. Quando solicitado a descrever a figura do monge, esta coincide com a da iconografia circulante pelo interior. Esta foto, segundo QUEIROZ (1957), começou a circular no final do século passado. Veja se a fala:

- Como era ele (João Maria)?
- Andava sozinho, com a trainha dele.
- Que trainha?
- Tinha uma trainha, assim, nas costas, um homenzinho.
- Como era ele (João Maria)?
- Era barbudo, andava com bastão – Dizia pra mãe, olha: essa Baía aí de vocês não vai adiante. Mas ela cresceu porque tem uma serraria aí. Mas ele disse que a Baía mesmo, onde nós morava, não tinha jeito.
- E aconteceu?
- Sim aconteceu (P. B. morador do Liberato).

Outra informante, que chegou a “conhecê-lo”, descreve tal como aparece na fotografia circulante: as tralhas, o bastão, a barba, a roupa marrom e as “pernas tramadinhas”. A roupa marrom por se tratar de fotografia envelhecida. As “pernas tramadinhas”, pela postura da fotografia, isto é, pernas entrecruzadas.

Esta fração católica de **devoção antiga**, além do enfrentamento com o catolicismo oficial, encontra “enfraquecimento” interno, em que **os novos**, os **de agora**, referindo-se aos filhos e netos, não crêem com a mesma convicção.

- Seus pais tinham fé em João Maria?
- Mas tuda a vida, a gente mais antiga, mais simples, era mais... não é que nem agora o pessoal quase não tem devoção. Eu acho assim me representa que o pessoal tão lá rezando, não tem devoção, como tinha uma vez os outros. E seus filhos têm fé em João Maria?
- Mas eu não sei. Às vezes a gente começa a dar risadas. São tudo burro, penso que por ser novo, ah, isso é caso de bobagem, não aconteceu! – eles dizem. E aí é o engano (R. G. morador do Liberato).

Os **antigos** são unânimes em apontar o fim da **devoção antiga**, “porque o pessoal novo não acredita mais”. O **novo** aqui fica por conta dos jovens e da população migrada, os **italianos**. A comprovação da iminência desse fim está na extinção de práticas como “o terço cantado”, “recomendar as almas”, a “bandeira do divino”

e “as rezas velhas”, que não são mais aprendidas. Sobre as práticas tradicionalistas, veja a fala de um ex-capelão:

PB – Mas agora se a gente vai falar, vai dizer que tá louco  
– Dizem, sim. Agora não pode falar nisso. Eu vou à Igreja, mas não me afeto.

AR – Por que?

PR – Nossa reza velha não adianta. A devoção velha, a oração deles já são diferentes. É custoso de acompanhar. Esses dias eles quiseram que fosse rezar um terço cantado, eu não fui, eu não vou! Esse pessoal de fora só fazem farrá da gente. Pra rezar um terço cantado, eu rezo. Assim, eles diz, a D. Eli diz que era pra mim ir aí na Igreja. Vai lá a gente tá rezando muito bem, pegam dar risada, a gente fica enraivado, enraivado só pra fazer pecado Deus me livre! Não vou! O pessoal rezar um terço cantado, não sabe. Agora eles dizem o terço, dizem o culto, é diferente. Nós também usava na quaresma. Sabe o que é?

AR – Antes da Páscoa?

PB – É. Nós costumava encomendar as almas. Ia de casa em casa, de noite, com a matraca, batia a matraquinha. Aquele que tava lá dentro não podia sair. A gente rezava o terço ali, recomendando, se quisessem receber, daí a gente chagava. Mas, senão não, só recomendava as almas ali e saía noutra casa.

AR – Quem encomendava?

PB – Era o capelão, como eu, que sabia rezar. Ia bastante, ia bastante gente que encomendava as almas...

DB – Os antigos, porque esses de agora...

PB – Os antigos, os de agora não adianta, se vai recomendar as almas com um enorme desses, tá louco, cavalada; são cavalo puro.

DB – São capaz de te dar tiro.

PB – Se eu, por exemplo, vô encomendar as almas aqui, junto como o meu pessoal, chego aí no ...bato a matraca, são capaz de atirar, pensar que é ladrão. No G. (italiano) não adianta. Nos vizinhos aqui (crentes) não adianta mais. NO P. (italiano) é pior ainda. Não dá mais pra recomendar. Então, é por isso que eu digo, se diferenciou tudo” (D. e PB. Moradores do Liberato).

Para os crentes, como foi exposto, os **tempos católicos** lembram a ansiedade, o pecado, a bebedeira, o fumo, a perdição e São João Maria não era profeta. Os tempos atuais são de desacertos, “como nos tempos bíblicos”. Um exemplo recorrente, no período da pesquisa, era a lembrança da Assembléia Nacional Constituinte como (não chegavam a um acordo, não é pra chegar, é só desacerto). Outro fato desses desacertos são as notícias veiculadas nos rádios, em época de carnaval, da liberação de recursos públicos para a festa. Tudo isto indicando a certeza de que o “fim do mundo” estaria próximo, muito próximo. O expropriado, morador urbano, aponta ser mais vulnerável. Ele não **mora**, apenas **pára**.

- A gente não tem onde morar. A gente pára onde arruma serviço, porque a morada mesmo não é aqui.
- Onde é a morada?
- A morada mesmo é lá no céu, graças a deus! (A.S morador de Vargeão).

Se para a fração **católica de devoção antiga** os castigos estão no mundo, para a fração **crente** os desacertos presentes indicam o fim próximo:

Eu sou da revolução do 23. Minha mãe me escondia numa toca de pedra, quando me ganhou. Sozinha, sofrendo. O que gente tem que correr (...). Agora tem o terremoto. Agora tá brabo. Não tem mais onde se esconder. Não tem mais onde se esconder. Não falta dez anos pra vir o terremoto. Eu tava dizendo pro velho: tem que preparar a vida, pra morrer queimado. Tem gente que não se lembra que Noé tá fazendo a barca pra se escapar. A gente diz. Eles dizem: ‘tá louco, tá caduco!’ (L. T. moradora do Liberato).

## Palavras finais

O fato de haver deslocado a atenção à população **cabocla** expropriada permitiu que se vislumbassem facetas pouco conheci-

das da colonização. Não obstante, entende-se que devem ser aprofundados outros aspectos dos efeitos da colonização sobre a população autóctone, incluindo os índios. Ainda assim, a ampliação da pesquisa, neste sentido, permitirá que se obtenha novas informações de outras experiências, contribuindo para a construção de uma etnohistória da Região Oeste.

A condição de **minoría** em que se encontra atualmente o grupo pesquisado, faz com que não construa, como se esperaríamos que o fizesse, um projeto em direção ao futuro, à UTOPIA ( que não existe, mas possível de ser construída). Volta-se ao passado, ao **tempo d'antes**. Este dado é um indício que merece maior aprofundamento. O desafio está lançado a quem compreender a realidade e ao homem oestino, em carne e osso, e não aos personagens abstratos como, às vezes, gostaríamos que fossem.

## Notas

\* Artigo publicado nos Cadernos do CEOM v. 5, n. 7(1991).

\*\* Arlene Renk é antropóloga (Museu Nacional – RJ) e professora da UNOESC, Campus Chapecó.

<sup>1</sup> **Colono de origem** é a categoria nativa para a população da área rural, descendente de europeus.

<sup>2</sup> A pesquisa resultou numa dissertação intitulada: “**A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense.” O objetivo central dessa dissertação foi traçar a trajetória social dos **brasileiros** de posseiros a ervateiros. A abordagem foi relacional, isto é, tomando-se em relação ao grupo circundante, os **italianos**, de modo a não absolutizar nem substantivar conceitos e noções.

<sup>3</sup> **Colonos italianos** foram compradores das glebas de terra da **Companhia**. Estes apresentavam um conjunto de valores e práticas culturais que diferiam daquelas dos **brasileiros** localizados na área. Em linguajar sociológico, diríamos que os grupos – **brasileiros** e **italianos** – eram dotados de diferentes **habitus**. **Habitus** é empregado na acepção trabalhada por BOURDIEU (1972) como cultura internalizada, construída historicamente e por isso naturalizada para os atores.

<sup>4</sup> Para maior aprofundamento nos efeitos de desestruturação de bases morfológicas, ver MARTINS – COSTA (1989).

<sup>5</sup> Após a Lei de Terras de 1850, grandes áreas de campo do Oeste Catarinense, inclusos nos “Campos de Palmas, Irani, do Erê”, foram registradas na Capela de Palmas. Com o advento da República, passando a questão fundiária à competência estadual, o Paraná tituló igualmente áreas hoje localizadas no Oeste Catarinense. A título de sugestão, para aprofundamento, consultar RENK ( 1990, capítulo I).

<sup>6</sup> A **Companhia**, para seu empreendimento imobiliário, comprou de Zeferino Bueno de Almeida 06/03/1941); BREVES (1985); COELHO DOS SANTOS ( 1974) e ROSSETO ( 1986).

<sup>7</sup> O processo de ocupação do Oeste Catarinense, pela população **brasileira**, anterior à colonização, direta ou indiretamente, foi abordada por NASCIMENTO (1903); WACHOWICZ (

1984); PICHETTI (s/d); IBGE ( 1959); POLI ( 1987); VINHAS DE QUEIROZ ( 1966); CIMI ( 1984); SILVA ( 1950); VOZ DE CHAPECÓ ( 23/04/1939 e 20/02/1940); JORNAL O OESTE (

<sup>8</sup> Embora não seja objeto deste trabalho, seria interessante repertoriar as “andanças dos Guedes”. Atualmente é toponímico do município de Fachinal dos Guedes [ ex-Gramado dos Guedes];

Barra dos Guedes e Lageado dos Guedes.

<sup>9</sup> **Tronco, família-tronco, tronco-velho** são usados para designar as gerações ascendentes, pais e avós.

<sup>11</sup> A inexistência civil de grande parte da população **brasileira** não era restrita à área de estudo. Na década de 40, a imprensa oestina denunciava a dificuldade no alistamento militar, seja pela impossibilidade de locomoção, pela ausência de “certidão”, de modo que ao alistamento militar:

“Alguns faltaram por não terem conhecimento da lei, outros, compareceram e não puderam se alistar por falta de certidão. Outros, porque não dispunham de recursos para fazer a viagem à sede da Comarca (...) O nosso caboclo em geral é pobre, não tem o seu nascimento registrado no Registro Civil” ( VOZ DE CHAPECÓ, 20/10/1948).

<sup>10</sup> A este respeito, verificar POLI ( 1987) na área da ex-colônia Militar de Chapecó.

<sup>12</sup> A população expropriada era confinada e empurrada às terras acidentadas. Isto não ocorreu unicamente na área de estudo. No Extremo-Oeste, a situação dos caboclos da Barra do Lajeado do Macaco Branco, **Intrusados** em área pertencente à Empresa Colonizadora União Popular, foi merecedora de atenção da imprensa.

“Estes Brasileiros foram os primitivos povoadores, por si e por seus pais, do sertões de Chapecó. Depois veio a colonização e eles foram encostando sobre a fronteira até chegar ao extremo e lá estão sob ameaça de despejo que de um momento para outro pode ser requerido. É população pobre, analfabeta e sem escola” ( VOZ DE CHAPECÓ, 20/02/1940).

<sup>13</sup> Ir ao Paraná, ir ao Pato Branco, foi destino de grande parte de expropriados. Praticamente todos os **troncos** têm elementos extraviados que foram ao Paraná.

<sup>14</sup> **Extraviados** é uma categoria atribuída ao membro do tronco do qual não se tem notícias. Numa atualização do termo, internamente, é utilizado pelos **crentes** para os membros do círculo de parentesco não convertidos a sua crença. Permanecer **católico** significa estar extraviando, não ter encontrado a verdadeira fé, que é sempre objeto de luta.

<sup>15</sup> **Comitiva** é caracteriza o grupo de extratores de erva-mate, sob a chefia de empreiteiro ocupataz.

<sup>16</sup> **Firma** é a categoria nativa utilizada para empresa ou indústria. Neste texto refere-se à indústria de erva-mate.

<sup>17</sup> O pão, enquanto hábito alimentar, não constava no cardápio diário. Uma entrevistada, com 91 anos, informou ter comido pão pela primeira vez aos onze anos, quando morava em Marechal Bormann (Chapecó). A farinha era procedente da Argentina. Após a Guerra do Contestado, os rebeldes presos em Cruzeiro (atual Joaçaba), em 1917, mostraram espanto diante do pão. “Então é esse o tal de pão?” (Joaçaba, 1967).

<sup>18</sup> Nos **tempos d’antes** o vestuário diferia do atual. Os meninos até os sete anos usavam camisolão, os menores, no verão, andavam nus “que nem bugrinhos”; os travesseiros e acolchoados eram feitos com “flor de capim”.

<sup>19</sup> Um alqueire compreende a 24.200 m<sup>2</sup> e a **quarta** refere-se a um quarto de alqueire. Confrontando à medida padrão da colônia, 10 alqueires, que para Waibel era suficiente para o colono de origem européia (SEYFERTH, 1974), permite estabelecer parâmetros entre os dois sistemas.

<sup>20</sup> Veja o caso do Programa de Suplementação Alimentar – PSA com população alvo; gestantes, nutrízes e crianças até 35 meses de idade, renda de até dois salários mínimos mensais:

“A distribuição de alimentos através de rede de saúde (...) deve-se ao propósito de vincular estreitamente o Programa às ações de saúde. A idéia básica é que o Programa

seja instrumento efetivo de redução da mortalidade infantil e da melhora dos níveis de saúde da população. Atraída pela distribuição gratuita de alimentos, a população alvo recebe nos postos de saúde o atendimento médico." (BARRETO 1988:88/9).

<sup>21</sup> Dado a carência do clero católico no interior do Estado, no período anterior à colonização, a assistência religiosa era prestada pelos monges que percorriam a área. Entre estes destaca-se o Monde João Maria, ou São João Maria, como prefere uma fração dos **brasileiros**.

<sup>22</sup> Baía era uma localidade de **brasileiros** de Ponte Serrada.

## Referências

Álbum do Cinquentenário de Joaçaba. Joaçaba, 1967.

BANDEIRA, Joaquim José Pinto. "Notícias da Descoberta do Campo de Palmas" In: MARTINS, Romário. **Argumentos e subsídios sobre a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina**. Curitiba : Imprensa Paranaense, 1902.

BANTON, Michael. **A idéia de roça**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARRETO, Helena Motta Salles. **A política social na Nova República**: os programas de distribuição de alimentos. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

BOURDIEU, P & SAYAD, S. **Le deracinement**. Crise de l'agriculture traditionnelle em Algerie, Paris: Minuit, 1954.

BOURDIEU, P. "Espace Social et gènese des "classes". **Actes de la Recherche em Sciences Sociales** ( 52-3), 1984.

—————. **Esquisse d'une theorie de la pratique**. Geneve: Droz, 1972.

—————. La societé traditionnelle, d'attitude à l'égard du temps et conduite économique. **Sociologie du Travail, Seuil**. Paris (1), 1963.



BREVES, Wenceslau de Souza. "O Chapecó que eu conhecia". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: IHGSC 3 (6): 07-73, 1985.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **João Maria**: Interpretação da Campanha do Contestado. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CAMPOS, Índio. **Colonos do Rio Uruguai**: relação entre pequena produção e agroindústria, no Oeste Catarinense. Campina Grande. UFPB, 1987 (dissertação de Mestrado).

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Toldo Chimbanguê**: história e luta Kaingang em Santa Catarina, Xanxerê, 1984.

EPSTEIN, A. L. **Ethos and Ethnicity**: three studies in ethnicity. London: Tavistok, 1978.

LOBATO, Roberto. "O Sudoeste Paranaense antes da colonização". **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 1970.

MARTINS-COSTA, Ana Luiza Borralho. **Uma retirada insólita**: representação camponesa sobre a formação do Lago de Sobradinho. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, 1989.

NASCIMENTO, Domingos. **Pela Fronteira**. Curitiba: A República, 1903.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

\_\_\_\_\_. **Soluções e Enigmas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

PICHETTI, Antônio. **História de Santa Catarina**. Curitiba: Grafipar, s/d.

POLANYI, KARL. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época, Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POLI, Jaci. Caboclos: pioneirismo e marginalidade, **Cadernos CEOM** Chapecó, FUNDESTE, 2 ( 3): 3-34, out. 1987.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. La Guerre Sainte au Brésil; le mouvemente messianique du Contestado, São Paulo, USP, 1957.

RENK, Arlene. A luta pela erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. PPGAS, Museu Nacional. UFRJ (dissertação de Mestrado), 1990.

ROSSETO, Santo. Síntese Histórica da Região Oeste. **Cadernos CEOM**, Chapecó, FUNDESTE, 4 (1-2), 1989.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **O Homem Índio: sobrevivente do sul**, antropologia visual. Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: Editora Universidade Caxias do Sul, 1978.

—————. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. do autor, 1974.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim**: um estudo do desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SILVA. Zedar P.: **O Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Laement, 1950.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social:** a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WCHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. Curitiba, 1984(mimeó).

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1979.